

Congresso funcionará em ritmo de vagalume

O Congresso Nacional deverá funcionar como um vagalume até o fim das eleições presidenciais. A expressão, do líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, significa que o esquema de trabalho dos parlamentares vai ser semelhante ao do inseto: uma semana terá trabalho em Brasília e na outra todos estarão livres para cuidar das campanhas de seus candidatos. Na próxima terça-feira os líderes dos partidos reúnem-se para discutir a questão, que para o senador Nelson Carneiro "é contraproducente porque existem muitas matérias importantes, inclusive leis complementares à Constituição, que necessitam ser votadas com urgência".

A maioria das lideranças da Câmara quer que a Casa funcione em semanas alternadas para que os parlamentares tenham tempo de "trabalhar as bases", como diz o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), que na terça-feira participará da reunião com os líderes; na função de presidente da Câmara, pelo afastamento do deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), que estará no exercício da Presidência da República enquanto o presidente José Sarney permanecer no exterior.

A idéia dos deputados é juntar várias matérias para votação em uma semana, nas sessões de terças, quartas e quintas-feiras (trabalho conhecido como **esforço concentrado**) e, na semana seguinte, fazer sessões sem ordem do dia, ou seja, sem pauta de votação, ficando os parlamentares livres para viajar para seus estados. Mas ainda não está acertado, por exemplo, como ficará o trabalho das comissões parlamentares neste período.

O senador Nelson Carneiro, também presidente do Congresso, acha que o esforço concentrado em semanas alternadas causará problemas, principalmente na hora de marcar as sessões conjuntas da Câmara e do

RAIMUNDO PACCO



Inocêncio aprova o esquema vagalume: "temos de ir às bases"

Senado (sessões do Congresso realizadas normalmente de terça a quinta-feira) para votação de matérias como medidas provisórias e pedidos de suplementação de verbas para o Executivo.

Além do trabalho normal de votação de projetos do Legislativo e do Executivo, existe a necessidade de aprovação de, no mínimo, 46 leis complementares à Constituição até o final deste ano legislativo. Dez delas, inclusive, conforme determina a Constituição, terão que estar em vigor até o dia 5 de outubro próximo, quando a promulgação da nova Carta completará um ano. As mais urgentes referem-se aos capítulos de política agrícola e seguridade social.

O presidente da Câmara, disse ontem que um recesso branco agora — mesmo que alternado com sessões de votação a cada 15 dias, como querem alguns parlamentares — seria

"danoso e desgastante para o Congresso". Ele marcou para sexta-feira uma reunião com as lideranças da Câmara, para tentar dissuadi-las da idéia.

Isso ficou acertado ontem, durante um almoço que reuniu a bancada do PMDB, que se manifestou contrária à idéia de um recesso branco. Mas o PMDB resolveu acatar proposta do líder do PT, Plínio de Arruda Sampaio, de agendar previamente os assuntos que deverão ser objeto de votação até as eleições presidenciais, de modo a permitir aos parlamentares que trabalhem em seus estados de origem, na campanha de seus candidatos. Para que isso seja possível, a agenda deverá incluir dias ou semanas em que os parlamentares não terão obrigatoriedade de comparecer ao Congresso, o que de fato se constitui em uma espécie de recesso, embora não oficializado.